

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL: duas faces de uma mesma moeda*

*Lauro Mattei***

1. Introdução

Nas últimas décadas do século XX aprofundou-se um conjunto de mudanças estruturais do sistema capitalista, que tiveram maior ímpeto a partir da década de 1970, quando acordos econômicos do Pós-Guerra (sistema de Bretton Woods) foram rompidos unilateralmente pelos Estados Unidos. Naquele momento, o sistema de câmbio fixo cedeu lugar à flutuação das principais moedas internacionais e os controles de capitais cederam lugar à liberalização dos mercados financeiros, o que provocou enormes impactos sobre o sistema monetário e financeiro internacional.

Com isso, a economia mundial entrou em uma nova fase, muito embora este processo de mudanças não seja um fato novo no sistema capitalista. Convém apenas destacar que essas modificações assumiram um caráter distinto em relação às transformações dos períodos anteriores, o que ajudou a aprofundar de maneira espetacular a internacionalização da economia, a qual iniciou com a expansão do comércio de mercadorias e serviços, passou pelo vigoroso crescimento dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, generalizou-se através do deslocamento do capital industrial em escala planetária, via desenvolvimento das grandes corporações transnacionais.

Estas mudanças ganharam uma forte conotação política-ideológica no início dos anos oitenta do século XX, quando o ideário neoliberal passou a se impor como “modelo único” de organização política das sociedades. Deve-se ressaltar, ainda, que este movimento foi fortemente beneficiado pela derrocada

* Versão modificada do ensaio preparado para o concurso de Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UFSC, conforme edital nº 027/DRH/UFSC, de dezembro de 2001.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina (mattei@cse.ufsc.br).

do sistema político-econômico do Leste Europeu (o chamado “socialismo real”) e pela obscuridade política de organismos multilaterais, como é o caso da ONU, que teve um papel decisivo na manutenção da ordem política somente logo após o final da Segunda Guerra Mundial.

Assim, mesmo não sendo um fenômeno recente do sistema capitalista, a globalização passou a significar a emergência de uma ordem mundial única que, sob os ditames do sistema capitalista, comanda todos os movimentos mundiais nas esferas da economia, da política, da cultura e da ordem social. Com isso, ela representa um processo de interdependência ascendente entre os povos e países nas suas relações econômicas (produtivas, comerciais, financeiras e tecnológicas), políticas e culturais, tendo o seu comando ancorado nas forças de mercado, as quais buscam criar e consolidar um padrão social global plasmado pelos valores hegemônicos do capital (Mattei, 1997).

Portanto, se é verdade que “a modernidade é inerentemente globalizante” (Giddens, 1991:69), cabe observar que após mais de duas décadas de implantação desse novo modelo econômico e político, uma parte expressiva das nações – sobretudo os países da periferia do capitalismo – tem apresentado desempenhos econômicos medíocres, agravando o já deteriorado quadro de exclusão social, o qual foi ainda mais afetado pelas diversas crises que abalaram o sistema capitalista nos últimos anos do século XX em diversos continentes, fatos que permitem afirmar que esse sistema encontra-se diante de dois dilemas básicos: o dilema da concentração *versus* fragmentação e o problema da exclusão *versus* inclusão.

Neste sentido, o texto tem por objetivo tratar dessas questões, à luz do processo de globalização. Para isso, ele é composto por mais três seções, além dessa seção introdutória. Na segunda seção discute-se as linhas gerais da globalização econômica, destacando as principais características da nova fase da economia mundial. Ressalta-se que as análises ficarão mais restritas à esfera econômica, tendo em vista que neste campo o fenômeno pode ser compreendido de forma menos abstrata. Na terceira seção, busca-se caracterizar a globalização enquanto um dos vetores responsáveis pela expansão das desigualdades e da exclusão social. Para isso, a abordagem se concentrará em dois aspectos básicos: nos impactos do fenômeno sobre o mundo do trabalho e sobre a dinâmica da pobreza mundial. Finalmente, na quarta seção serão apresentadas as considerações gerais, procurando-se destacar algumas das conseqüências mais visíveis sobre os temas do emprego e da pobreza, considerados neste trabalho como decisivos para se avaliar o grau de exclusão/inclusão dos povos no contexto da globalização.

2. Principais Características da Globalização Econômica

O debate sobre “globalização” ganhou maior consistência nos anos noventa do século XX, muito embora o mesmo já vinha sendo abordado desde o final dos anos setenta. Naquele momento, entretanto, o termo não era suficientemente explicado, tendo em vista que o processo de mudanças em curso ainda não estava totalmente definido e nem demonstrava claramente suas reais dimensões.

Desta forma, nota-se que o tema vem ganhando destaque cada vez maior, tanto nos meios acadêmicos, organizações empresariais e instituições governamentais, como nos meios de comunicação, quase que se tornando palavra da “moda” e sendo, inclusive, usada até mesmo com compreensões e significados bem distintos. Na verdade, trata-se de um conceito amplo e que, às vezes, é empregado para explicar fatos de natureza bem diversa, cujos impactos são bastante diferenciados entre países e regiões.

Essa é razão pela qual o presente trabalho procura compreender melhor o fenômeno restringindo-o à esfera da “globalização econômica”, com o intuito de perceber a gama de fatos envolvidos nesta área e seus respectivos efeitos sobre o cotidiano dos povos. Cabe assinalar, desde logo, que essa é apenas uma opção didática, uma vez que as questões relevantes relacionadas ao tema e suas respectivas interfaces estarão sendo consideradas, conforme será explicitado nas seções seguintes.

2.1. Breves definições de globalização econômica e suas controvérsias

O conceito de globalização é algo ainda em construção e procura dar conta de uma nova formatação capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização de capitais. Essa nova formatação econômica envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica, gerando uma reorganização espacial das atividades econômicas e uma clara re-hierarquização de seus centros decisórios (Fiori, 1995). Em função disso, nota-se uma realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos comerciais e financeiros, que se concentram na Tríade dinâmica (EUA, Japão e Europa Ocidental).

Estas transformações nas diferentes esferas decorrem, em grande medida, do processo de ajustes das economias capitalistas dinâmicas, ajustes estes adotados como respostas aos choques dos anos setenta e à falência do sistema monetário internacional que emergiu dos acordos de Bretton Woods. Assim, essa política de ajustes¹ iniciada nos EUA, segundo Tavares (1993), levou os demais países da OCDE, em particular o Japão e a Alemanha, a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, o que provocou mudanças acentuadas na divisão internacional do trabalho. E o que o mundo convencionou chamar de “globalização econômica”, é a realidade que vai nascendo como resultado desses ajustes do sistema capitalista.

Essa nova realidade, em termos econômicos, pode ser associada aos seguintes fatores:

- a) à terceira revolução tecnológica, marcada pelo desenvolvimento e difusão das inovações nas áreas de informática e de telecomunicações e pela emergência de um novo padrão produtivo e de gestão, tanto nas indústrias como nos serviços;
- b) à adoção de políticas econômicas fortemente influenciadas pela ideologia neoliberal, ou seja, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações, mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, etc.;
- c) ao maior grau de liberdade para a movimentação de capitais, gerando uma crescente interdependência dos mercados financeiros globais e uma busca frenética por altas taxas de rentabilidade num curto período de tempo;
- d) à ampliação dos fluxos de comércio e de informações, inclusive para os mercados anteriormente fechados;
- e) à ampliação da atuação das empresas transnacionais através do deslocamento de plantas industriais e do processo de fusões e aquisições;
- f) à intensificação dos investimentos diretos por parte dos grandes bancos e empresas dos países centrais, levando a uma crescente interpenetração patrimonial do sistema capitalista.

Este conjunto de mudanças, segundo Coutinho (1995), configura uma etapa nova e mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, que pode ser caracterizada como um estágio mais profundo e

¹ Uma análise detalhada do caráter desses ajustes encontra-se em Tavares (1993).

intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Por conseguinte, ao se especificar criteriosamente essas transformações, tornou-se possível atribuir conteúdo objetivo ao conceito de “globalização econômica”.

Estas reflexões enriquecem substantivamente a compreensão sobre o tema, ao mesmo tempo em que ajudam a estimular as controvérsias sobre o mesmo. Com isso, observa-se a existência de outros trabalhos acadêmicos que procuram dar uma conotação um pouco distinta da que vinha sendo seguida. Para Chesnais (1995), está em curso um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado e do capital financeiro centralizado, que se mantém sob a forma de dinheiro, obtendo rendimento como tal. Trata-se, então, de um regime rentista que envolve também o capital produtivo e que o autor designa por “mundialização do capital”, ao invés de “globalização”.

Em uma linha mais crítica, Hirst & Thompson (1998), afirmam que as economias podem ter-se internacionalizado em um grau considerável, mas a riqueza e a produção permanecem locais e distribuídas de forma extremamente desigual. O perigo da retórica da globalização é que ela tende a ignorar essas distribuições, tratando o mundo como um simples mercado competitivo aberto e a situação da atividade econômica como ditada apenas pelos aspectos comerciais.

2.2. A natureza da globalização econômica

Em função das características do sistema anteriormente descritas, pode-se assentar a natureza desse processo sob um conjunto de fatores que variam da órbita econômica até a esfera política, onde a globalização assume um caráter ideológico, ao ser fortemente influenciado pelo modelo político do “pensamento único”.

No campo de interesse deste ensaio, considerando uma terminologia de Coutinho (1995), é possível sintetizar a natureza da globalização de acordo com os pontos que seguem:

a) uma aceleração intensa da mudança tecnológica entre as economias centrais.

Esse padrão é caracterizado pela articulação das cadeias de suprimento e de distribuição através de redes que minimizam estoques, desperdícios, períodos de produção e tempo de resposta, o que torna os processos mais rápidos e eficientes;

- b) uma reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização e de regionalização. Isto eleva o peso do comércio regional intra-indústria (e também intrafirma), uma vez que os sistemas *just-in-time* e as respostas às demandas específicas dos mercados exigem uma certa proximidade física dos produtores com seus fornecedores e clientes/consumidores;
- c) uma difusão desigual da revolução tecnológica, o que aprofunda os desequilíbrios comerciais e conduz a um policentrismo econômico tripolar (EUA, Japão e Europa Ocidental) que passa a substituir a bipolaridade nuclear-militar do Pós-Guerra, que se esvaziou com a desestruturação da União Soviética;
- d) um significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais e da interpenetração patrimonial dentro da própria tríade dominante. Esses oligopólios, ao mesmo tempo em que elevam a concentração da concorrência internacional, tornam-se poderosos protagonistas mundiais, como é o caso da indústria automobilística, onde menos de 12 empresas praticamente dominam o mercado mundial;
- e) a ausência de um padrão monetário mundial com estabilidade, num contexto de taxas de câmbio flutuantes, estimula o processo de especulação financeira e reduz as possibilidades de prevenção contra as crises sistêmicas.

Na esfera política, a natureza do processo de globalização está diretamente vinculada à ascensão do ideário liberal a partir dos anos 80 do século XX, tendo como países protagonistas os EUA e a Inglaterra. Neles implementou-se um conjunto de medidas que desregulamentaram os sistemas econômicos, as quais logo passaram a ser recomendadas em âmbito mundial. Paradoxalmente, nota-se que essas medidas transformaram-se num “receituário político” às crises econômicas vivenciadas por parte dos países em desenvolvimento durante os anos 90 do século XX.

Assim, pode-se dizer que a junção do fator político (liberação e desregulamentação dos mercados sob o ideário neoliberal) aos fatores econômicos (novo paradigma tecnológico aliado ao processo de reestruturação produtiva) conformou um cenário muito propício à expansão da “globalização”, o qual se expressa através do aumento da circulação de bens, serviços, informações, tecnologia e capitais, bem como de valores culturais. Este contexto levou Ianni (1995) a afirmar que a globalização revela novas formas sociais do espaço e do tempo, tendo em vista que ela articula, tenciona e dinamiza configurações

sociais locais, nacionais, regionais e internacionais, ampliando e multiplicando suas possibilidades.

2.3. Alguns impactos da globalização

Este item procura fazer uma conexão, ainda que preliminar, entre a “globalização econômica” e suas inter-relações com outras esferas da vida social, com o intuito de precisar melhor algumas afirmações anteriores que definiram esse fenômeno como sendo um processo crescente de interação entre as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Para tanto, na seqüência serão discutidas algumas questões relativas às esferas política e social. No campo político² a questão mais relevante no debate sobre a globalização diz respeito à mudança no papel do Estado. Foi durante o século XX que o Estado adquiriu credibilidade e os meios necessários para administrar as economias nacionais, seja através das políticas Keynesianas ou através das políticas centralizadas de planejamento, o que lhe garantiu um elevado nível de influência sobre a ação dos atores econômicos. Com governos representativos, reforçou-se a capacidade de ação dos Estados, levando à criação de unidades administrativas nacionais. Sob essa estrutura institucional, o Estado ampliou a sua governabilidade também na esfera social, criando sistemas universais de saúde, de educação, de assistência social, etc.

Este modelo de Estado se fortaleceu após o final da Segunda Guerra Mundial e atingiu seu ápice nas décadas de 60 e 70, quando se transformou na maior instituição regulatória da vida econômica, política e social. Neste último campo, especificamente, constituiu-se um forte aparato institucional – os chamados “sistemas de proteção social” – que foi um dos alvos prioritários de ataque do credo neoliberal nas décadas seguintes. Desta maneira, até a década de 1970 o Estado passou a governar as sociedades, tanto no mundo capitalista como no bloco “socialista”, embora de formas muito diferenciadas. No entanto, esse sistema começou a se desmantelar em meados da década de setenta quando,

² Neste campo pode ser retomada a discussão do dilema da “concentração *versus* fragmentação”, pois assim como na esfera econômica (onde a fragmentação é o oposto da expansão altamente concentrada), os Estados passaram a ser totalmente reformulados, tanto em sua estrutura como em sua forma de intervenção na economia, processo este agravado a partir dos anos 80 com a ascensão do “Estado Liberal”.

à luz de crises econômicas, passou-se a questionar o modo de regulação e de intervenção estatal na economia, argumentando-se que o “mercado” era mais eficiente para organizar a vida econômica e política das sociedades.

A partir daquele momento até os dias atuais, o que se convencionou chamar de “neoliberalismo”³, passou a determinar o comportamento político e econômico da grande maioria das sociedades em todo o mundo. Neste novo modelo, os Estados nacionais perdem parte de sua capacidade de governabilidade e deixam de ser os agentes reguladores da vida econômica, conforme vimos nos itens anteriores. Agora a regulação da economia passa a ser responsabilidade da instituição “Mercado”, uma vez que o “Estado-Nação” tornou-se um organismo inadequado para lidar com os desafios da “economia global”. Deste modo, nota-se a clara insistência da ortodoxia neoliberal em recomendar a subordinação incondicional do Estado ao imperativo de uma integração econômica e social com alcance planetário e sob a coordenação do mercado. Nessa lógica, o Estado deve apenas disponibilizar condições que fomentem as atividades econômicas, deixando ao sabor das “forças do mercado” e ao processo de “competição mundial” o destino das populações e das sociedades.

Essa nova modelagem do “Estado Mínimo” nos conduz à discussão dos reflexos da globalização no campo social⁴, onde os seus efeitos já são mais visíveis. Neste caso, um dos aspectos gerais observados é que a geografia já não explica mais de maneira satisfatória o mundo, ou seja, os pontos cardeais (Norte-Sul, Leste-Oeste) já não são mais suficientes para explicar a nova geopolítica mundial na entrada do novo milênio. Assim, diante da complexidade das relações internacionais, o mundo encontra-se melhor dividido entre os **países e regiões que participam e usufruem os benefícios da globalização e aqueles países e regiões que estão à margem desse processo**. É neste contexto que a exclusão social assume novas dimensões, uma vez que ao primeiro grupo é dado o direito de acesso ao progresso; de concentrar riquezas e de melhor as

³ Segundo Sandroni (1995), o neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que retoma e adapta ao capitalismo atual os princípios do liberalismo econômico do século XVIII, o qual defendia: a) ampla liberdade individual; b) democracia representativa; c) o direito à propriedade; d) e a livre iniciativa como princípio básico capaz de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o bem-estar social.

⁴ Neste campo pode ser retomado o problema da exclusão/inclusão social. Desde logo fica difícil imaginar que, com o conjunto de fatores que estão promovendo as transformações do sistema, a globalização econômica se traduzirá num evento de “inclusão social”.

condições de vida, enquanto que ao segundo grupo resta o caminho da marginalização, da fome, da pobreza e da miséria.

Essa é uma questão extremamente controversa e polêmica, pois para muitos estudiosos e cientistas sociais – considerados otimistas – não se pode olhar a globalização apenas negativamente, uma vez que ela abriu muitas janelas de oportunidades para que mais países pudessem participar da economia global. Já para outros grupos – considerados pessimistas – a globalização tende a aprofundar cada vez mais o fosso que separa o mundo em dois pólos: os ricos e os pobres. Considerando-se a importância dos temas da exclusão/inclusão social, e sem entrar no mérito do confronto entre as visões otimistas e pessimistas, a próxima seção abordará algumas dimensões e impactos da “globalização econômica” na esfera social, destacando alguns fatores decisivos para o futuro da humanidade.

3. Globalização Econômica e Exclusão Social

Esta seção tem por objetivo discutir os efeitos do processo de globalização econômica sobre alguns setores específicos das sociedades contemporâneas, no sentido de contextualizar a globalização enquanto um elemento potencializador da exclusão social, sobretudo nos países da periferia do sistema capitalista. Para tanto, através de informações resultantes das transformações das últimas décadas do século XX, é possível avaliar, não somente as tendências do fenômeno na esfera econômica, mas os grandes impactos provocados pelo mesmo na área social.⁵

3.1. Os impactos da Globalização sobre o mundo do trabalho

Neste item discute-se o trabalho enquanto um elemento importante da questão social no âmbito da globalização econômica, com destaque para as mudanças em curso nos mercados de trabalho num período marcado por profundas alterações dos sistemas econômicos e políticos mundiais. Para tanto, a

⁵ Um outro aspecto importante que pode ser considerado, no tratamento da globalização enquanto um vetor de exclusão social, é o acompanhamento da dinâmica e dos fluxos dos Investimentos Diretos do Estrangeiro (IDE). Entretanto, em função do espaço limitado, este ensaio não se deterá sobre o tema.

análise ficará restrita ao mesmo período abordado nas seções anteriores e se concentrará nos temas do emprego e do desemprego, tentando indicar alguns elementos que condicionam o futuro do “mundo do trabalho” no âmbito global.

O último quartel do século XX, sob a égide da globalização econômica e do receituário político neoliberal, foi marcado por profundas transformações no mundo do trabalho, as quais foram tão intensas que, segundo Antunes (1997), pode-se afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só a sua materialidade, mas produzindo profundas repercussões na subjetividade e na forma de ser da mesma.

Em parte, esse processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que o mesmo acelera as transformações qualitativas do trabalho (alterações nas qualificações, na organização e na divisão técnica do trabalho) e à própria distribuição setorial do emprego, em função da expansão e/ou declínio das atividades econômicas. Assim, o conjunto de inovações difundidas nas últimas décadas – que anteriormente denominamos de “terceira revolução tecnológica” – afeta a qualidade do trabalho, destruindo velhas formas de organização e introduzindo novos tipos de articulação entre trabalho e capital. Neste novo cenário é que as questões do emprego e do desemprego passam a ter maior relevância em todo o mundo.

No entanto, a qualidade do mercado de trabalho não é um fator ligado apenas à dinâmica da inovação tecnológica que, embora possa alterar a estrutura, a composição e a qualidade do mercado de trabalho, não determinam exclusivamente os seus resultados. Estes também são determinados pelas formas históricas de regulação dos sistemas produtivos e pela distribuição dos ganhos de produtividade das atividades econômicas. Com isso, pode-se dizer que outras variáveis também passam a ser relevantes, como é o caso do crescimento econômico e da própria organização do trabalho ligada às condicionalidades impostas pela nova Divisão Internacional do Trabalho.⁶

Essa nova Divisão do Trabalho, fortemente impulsionada e modificada nas últimas décadas do século XX, foi condicionada, basicamente, pela globa-

⁶ Segundo Pochmann (2001), a divisão internacional do trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo coeficientes tecnológicos e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e bens manufaturados. Essas relações, que sustentam distintas divisões do trabalho, podem ocorrer simultaneamente no tempo entre nações do centro e da periferia.

lização dos mercados financeiros; pelo ajuste estrutural das economias centrais, que é dinamizado por uma nova revolução tecnológica; e pela expansão dos investimentos diretos no exterior, cujo caráter distributivo é extremamente desigual. Desta forma, “percebe-se a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho, com dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra (...), pois os países periféricos, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações transnacionais e seguindo os programas das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, ampliando a jornada de trabalho e criando contratos de trabalho especiais) e a própria desregulamentação do mercado de trabalho” (Pochmann, 2001:31).

Nesta lógica, segundo Mattoso (1999), os países que adotaram estratégias de inserção passiva e subordinada no mercado mundial pagam um duplo preço. Por um lado, se submetem aos novos mecanismos de extração do excedente por parte do grande capital internacional e, por outro, debilitam a produção e o próprio emprego nacional, ao colocar o trabalho em condições de desestruturação e anomalia intensas.

Esse comportamento, de algum modo, foi bastante influenciado pelo pensamento econômico dominante que sentenciava, ao longo das duas últimas décadas do século XX, como causas do desemprego o excesso de rigidez do mercado de trabalho. Para tanto, a solução para melhorar as condições de trabalho e ampliar os níveis de emprego, passava pela adoção de políticas liberalizantes que estimulassem os investimentos e acelerassem o crescimento econômico. Para isso, a flexibilidade dos mercados de trabalho era uma regra importante no âmbito do receituário neoliberal.

3.1.1. Flexibilização: a palavra mágica dos anos noventa

O tema da flexibilidade ganhou notoriedade nos últimos anos nos meios empresariais, políticos e até mesmo acadêmicos, servindo para justificar um conjunto de medidas adotadas que, em sua maioria, foram prejudiciais aos trabalhadores. Sob este manto indefinido encontram-se a flexibilidade dos custos de mão-de-obra (reduções salariais, diferenciações salariais entre setores e ocupações, etc.); a flexibilidade da gestão de recursos humanos (sistemas de contratações, remanejamento de postos de trabalho, etc.); a flexibilidade do tempo de trabalho (contratações por tempo limitado); e a mais importante de

todas elas, a flexibilidade da legislação trabalhista (alterações das leis gerais que regulamentam as relações capital-trabalho).

Em grande medida, segundo Abramo (2000), a flexibilização é associada a uma desregulamentação máxima do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, cujo objetivo é fazer frente ao problema do desemprego. Neste sentido, o processo de desregulamentação é entendido enquanto uma necessidade para se eliminar as restrições que impedem as livres negociações entre patrões e empregados. Essa livre negociação é definida, então, como a condição básica para o aumento da competitividade das empresas, na medida que reduziria o custo do fator trabalho, aumentando a sua mobilidade.

Nesta concepção, o Estado não deve intervir nas relações entre os principais agentes da produção (empresários e trabalhadores) e deverá procurar eliminar as legislações protecionistas que distorcem o processo de “livre negociação”. Esta também seria uma condição para se promover o equilíbrio do mercado de trabalho, o que aumentaria as possibilidades de expansão do emprego. Com isso, conclui-se que a melhor maneira de resolver o problema da geração de empregos seria a combinação de variáveis macroeconômicas com a eliminação da “rigidez” do mercado de trabalho.

Ainda segundo a autora acima citada, o argumento básico daqueles que defendem esse ponto de vista é que a regulação existente encarece o custo da mão-de-obra para além do seu ponto de equilíbrio, seja diretamente (através da fixação do salário mínimo), seja indiretamente (através das contribuições sociais). Desta maneira, afirma-se que a legislação reduz a capacidade de ajustes do mercado de trabalho, tanto no momento em que as leis favorecem a permanência em postos de trabalho específicos em detrimento da mobilidade, como no momento em que os custos diretos e indiretos de uma dispensa não estimulam uma nova contratação.

Com isso, imputa-se à falta de flexibilidade dos mercados de trabalho a geração de emprego em níveis abaixo do potencial existente e a própria segmentação do mercado de trabalho entre um setor formal (com salários maiores e protegido pelas leis) e um setor informal (totalmente desprotegido e com níveis salariais inferiores). Como solução do problema, aponta-se para uma legislação trabalhista que flexibilize o mercado nos seguintes aspectos: a) facilitar as dispensas, reduzindo seus custos; b) eliminar a legislação sobre salário mínimo; c) reduzir os encargos sociais; d) introduzir contratos mais flexíveis; e) flexibilizar os próprios salários e as condições de trabalho.

Esse receituário foi aplicado em várias regiões do planeta e, em termos de expansão dos níveis de emprego, os resultados mostraram-se bem aquém das expectativas e das necessidades. Ao contrário, em muitos casos o que se viu foi uma ampliação do desemprego, uma deterioração dos níveis salariais, além de um aumento acentuado do emprego informal. Esses elementos acabaram auxiliando a retomada das críticas a esse modelo de organização trabalhista sob os ditames do mercado. Neste sentido, é emblemática a posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1998) quando afirma que o nível salarial e o sistema de proteção social não estão entre as causas geradoras de desemprego, ao contrário, as políticas estruturais destinadas à promover a flexibilidade geraram poucos efeitos sobre o nível global de empregos, apesar de ter contribuído para a alocação mais eficiente de recursos.

3.1.2. Principais indicadores e tendências do mercado de trabalho mundial

A tabela 1 apresenta a evolução da estrutura ocupacional mundial, também dividida entre “centro” e “periferia do sistema”. Um primeiro aspecto a ser notado é a forte diferença entre o centro e a periferia, em termos das ocupações no setor primário, ou seja, enquanto que na periferia a maioria das ocupações (55%) ainda é gerada neste setor, o mesmo é praticamente insignificante (5%) para o nível das ocupações no centro do sistema capitalista.

Tabela 1: Evolução da estrutura ocupacional entre os setores (em %)

Setores	Mundo		Centro		Periferia	
	1950	1998	1950	1998	1950	1998
Econômicos						
Primário	62,5	43,0	62,5	5,0	73,9	55,0
Secundário	15,8	16,0	30,8	23,0	9,4	15,0
Terciário	21,7	41,00	36,7	72,0	16,7	30,0

Fonte: adaptado de Pochmann (2001)

Um segundo aspecto a ser ressaltado é o enorme diferencial de ocupação no setor terciário entre o centro e a periferia. No centro houve uma ampliação de empresas com uso intensivo de conhecimento, produzindo com valor adicio-

nado por trabalhador em níveis mais elevados. É por essa razão que cerca de 72% das ocupações nas economias dos países centrais localiza-se no setor terciário, que é menos globalizado e mais protegido que os setores industriais e agropecuários. Já na periferia esse setor tem uma participação bem menor nas ocupações, revelando que as mesmas ainda estão concentrados naqueles setores produtivos intensivos em mão-de-obra.

Essas informações parecem estar indicando que a nova Divisão Internacional do Trabalho tende a se polarizar entre a produção de manufatura, nos países da periferia, e na produção de bens industriais de última geração (mais sofisticados e com uso de tecnologias da informática e da telemática) e de serviços de apoio à produção, nas economias centrais do sistema capitalista.

Este cenário revela que “enquanto os países ricos possuem apenas 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são mais objeto de competição mundial. Por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrentes da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais” (Pochmann, 2001:34).

Sabe-se que uma das melhores formas de se ter acesso aos frutos do desenvolvimento econômico é através da manutenção de uma ocupação produtiva. Mas é justamente no limiar do século XXI, quando a globalização econômica sofre novos impulsos, que o problema da ocupação ganha maior relevância, tendo em vista a grande quantidade de mão-de-obra que se encontra ociosa e engordando as estatísticas da pobreza e da miséria, formas reveladas de exclusão social. Os dados da OIT sobre a População Economicamente Ativa no mundo, de 1999, revelam que das 3 bilhões de pessoas, cerca de 1 bilhão⁷ vivia com sua capacidade de trabalho subutilizada, ou em outras palavras, 1 a cada 3 trabalhadores encontrava-se desempregado ou exercendo apenas atividades de sobrevivência (que é uma condição disfarçada de desemprego).

⁷ Segundo a OIT, desse total, 150 milhões eram trabalhadores classificados na categoria de “desemprego aberto”.

Hoje já é bem perceptível que os aumentos das taxas de desemprego mundiais são mais expressivos nos países não-desenvolvidos. De acordo com Pochmann (2001), a taxa de desemprego aberto⁸ da PEA mundial em 1975 era de 2,3%, enquanto que para as nações desenvolvidas⁹ era de 4,04% e nas nações não-desenvolvidas era de 1,79%. Estes percentuais passaram, em 1999, para 5,5%, 6,18% e 5,35%, respectivamente. Com isso, nota-se que “o desemprego aberto, embora seja uma expressão de grandeza mundial, encontra-se cada vez mais presente nas economias não-desenvolvidas. A maior evidência do desemprego aberto nos países pobres constitui uma novidade, pois até a década de 1980 eram justamente esses países que mais se caracterizavam por formas disfarçadas de desemprego e de subemprego – trabalho precário, autônomo não-remunerado ou sub-remunerado” (Pochmann, 2001:77).

Esse aspecto é corroborado quando são analisados os dados sobre a evolução da quantidade de desempregados no mundo no período entre 1975 e 1999. Os dados agregados revelam que os desempregados passaram de 37,8 milhões de pessoas, em 1975, para 138 milhões de pessoas, em 1999, indicando um aumento de 3,65 vezes no volume de desempregados. Para os países desenvolvidos, esse aumento foi de 1.85 vezes, pois os desempregados passaram de 15,4 milhões, em 1975, para 28,5 milhões, em 1999. Da mesma forma, os dados das nações não-desenvolvidas são 22,3 milhões e 109,5 milhões de pessoas, indicando que nestes países o volume de desempregados aumentou 4,9 vezes. Essas informações confirmam que a participação, tanto absoluta como relativa, dos países não-desenvolvidos na geração de mão-de-obra excedente tem sido crescente.

A tabela 2 apresenta a evolução da composição do desemprego por setor de atividade econômica nas duas últimas décadas do século XX. De um modo geral, verifica-se que o setor terciário (serviços e comércio) é quem mais tem contribuído para a evolução do desemprego mundial. Nos países desenvolvidos

⁸ Em uma população excedente, a parte mais visível é identificada pelo “desemprego aberto” e a parte menos visível é representada pelo subemprego ou outras formas de sobrevivência. Assim, o emprego aberto corresponde à parcela de trabalhadores que procuram ativamente por algum tipo de ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente, mas sem desenvolver qualquer atividade laboral.

⁹ Pochmann considerou como países desenvolvidos os EUA, Canadá, Japão, Austrália e a Europa Ocidental. As demais nações pesquisadas (141 países) foram consideradas como “países não-desenvolvidos”.

o desemprego concentra-se no setor terciário, enquanto que nos países não-desenvolvidos a distribuição é mais homogênea, com grandes participações dos setores primário e secundário na geração de desemprego.

Tabela 2: Evolução do desemprego por setor econômico (em %)

Setores Econômicos	Mundo		Países Desenvolv.		Países não-desenv.	
	1980	1998	1980	1998	1980	1998
Primário	11,8	14,5	4,2	4,3	16,0	17,5
Secundário	32,4	29,6	35,2	24,8	30,8	31,0
Terciário	55,8	55,9	60,6	70,9	53,2	51,5

Fonte: adaptado de Pochmann (2001)

As informações anteriores mostram a dimensão que o “mundo do trabalho” passou a ter no cenário mundial, marcado no limiar do século XXI, por um aprofundamento do processo de globalização econômica. Assim, os temas do emprego/desemprego, bem como os diferenciais de rendas, ganham uma visibilidade cada vez maior entre as sociedades. Mas é, sem sombras de dúvidas, entre as nações não-desenvolvidas que eles tem um apelo maior, tendo em vista que “na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial, estes países transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra a custos decrescentes” (Pochmann, 2001:81).

3.2. Ampliação da riqueza *versus* expansão da pobreza mundial: o paradoxo da globalização econômica

De uma maneira geral, pode-se caracterizar a pobreza como sendo resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e que, muitas vezes, se reforçam, exacerbando as condições de privação em que os pobres se encontram. Assim, a escassez de bens, de trabalho e a falta de acesso aos mercados de bens e serviços (saúde, educação, alimentação, habi-

tação e saneamento) mantêm as pessoas em um estado de pobreza material, que as impede de levar o tipo de vida considerado adequado por todos.

Além disso, há outras dimensões da pobreza quase sempre esquecidas. Dentre elas destacam-se o tratamento dispensado pelas instituições do Estado, onde normalmente os pobres não recebem os benefícios dos investimentos em áreas essenciais; os efeitos nocivos das crises econômicas e políticas, onde os pobres passam a ser vítimas da corrupção e da distribuição desigual do poder político e econômico; as normas, valores e práticas sociais que levam à exclusão de mulheres, grupos étnicos, raças e credos religiosos; e acontecimentos externos (catástrofes naturais, epidemias, etc.). Todos esses elementos contribuem para aumentar o mal-estar dos pobres, exacerbando sua condição de pobreza material e enfraquecendo seu poder de barganha junto aos demais setores das sociedades, conduzindo a uma situação em que não conseguem sequer tomar decisões que dizem respeito à sua vida particular.

No limiar do século XXI, nota-se que o mundo vive envolto a uma grande contradição: há muita pobreza em meio à abundância. Informações de instituições e organismos internacionais revelam que a quinta parte mais rica de todos os países comanda 85% do PIB mundial; seus habitantes controlam 84% do comércio internacional e detém 85% de todas as poupanças internas. Essas cifras ajudaram a duplicar, nas últimas décadas, a distância entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população mundial. Com isso, segundo Martin & Schumann (1999), chegamos à encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza, para a maioria da humanidade, não por um cotidiano de ascensão e de bem-estar, mas de decadência, de destruição e de degeneração cultural, o que pode ser interpretado como a diretriz do “salve-se quem puder”.

Assim, “essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela gera o *apartheid* social, estimula o racismo e os conflitos étnicos, solapa os direitos das mulheres e, frequentemente, precipita países em confrontos destrutivos entre nacionalidades. Além disso, as reformas estruturais – visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países – levam a uma globalização da pobreza, processo que aniquila a subsistência humana e destrói as sociedades no Sul, Norte e Leste” (Chossudovsky, 1999:27).

Tabela 3: Distribuição da Renda Mundial em 1993

Localidades	População*	% da Pop. Mundial	Renda Per Capita (US\$)	Renda Total (US\$ bi)	% RendaMundial
Renda 3º Mundo	3.077,8	56,0	379	1.165,5	4,9
África Subsaarína	599,0	10,9	520	311,5	1,3
Ásia Meridional	1.194,4	21,7	310	370,3	1,5
China	1.178,4	21,4	490	577,4	1,4
Renda Média 3º Mundo	1.218,9	22,2	2.397	2.921,7	12,2
Total 3º Mundo	4.296,7	78,1	951	4.088,6	17,1
Leste Europeu e ex-Urss	392,3	7,1	2.655	1.045,5	4,4
Total países pobres**	4.689,0	85,2	1.095,0	5.133,7	21,5
Países da OCDE***	812,2	14,7	22.924	18.618,9	77,9
Total países Ricos	812,4	14,8	23.090	18.758,3	78,5
Total Mundial	5.501,5	100,0	4.343,0	23.892,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (1995)

Notas: * Em milhões de pessoas.

** Países pobres refere-se a soma do 3º Mundo, do Leste Europeu e da ex-URSS.

*** Excluídos a Ilândia, México e Turquia.

Essa contradição também pode ser analisada através da evolução da distribuição da renda mundial, conforme a tabela 3 acima. Em primeiro lugar, observa-se a perversa distribuição dos rendimentos globais, uma vez que os países, com menos de 15% da população do planeta, detêm mais de 78% de toda a riqueza gerada no mundo. Enquanto isso, os países pobres, com mais de 85% da população, detêm menos de 22% da renda mundial. Já em termos da renda *per capita* entre países ricos e países pobres, nota-se que ela é cerca de 21 vezes maior nos primeiros, comparativamente aos países pobres.

Essas disparidades na distribuição da renda entre os países têm contribuído decisivamente para o agravamento da pobreza mundial. Nessa lógica, “a globalização da pobreza endossa o desenvolvimento da economia de exportação baseada na mão-de-obra barata em escala mundial. As possibilidades de produção são imensas, dada a massa de trabalhadores empobrecidos e baratos em todas as partes do mundo, criando-se um contraste: os países pobres não negociam entre si; um povo pobre não constitui um mercado para os bens que

produz. A demanda de consumo está limitada a aproximadamente 15% da população mundial e amplamente concentrada nos países ricos da OCDE. Nesse sistema, e contrariamente à famosa máxima do economista francês Jean Baptiste Say, a oferta não cria a sua própria demanda. Ao contrário, pobreza significa ‘baixo custo de produção’: ela é um ‘item’ da economia baseada na mão-de-obra barata (pelo lado da oferta)” (Chossudovsky, 1999:66).

3.2.1. Outros Indicadores da Pobreza Global

Recentemente o Banco Mundial divulgou os resultados de seu mais atual estudo sobre a pobreza mundial, usando uma metodologia própria¹⁰ que tem servido de referência para aqueles que trabalham com o tema. Os indicadores mostram claramente uma tendência de crescimento da pobreza em escala mundial, fato este que mantém estreitos vínculos com o tema da globalização econômica.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, dos 6 bilhões de habitantes do planeta, 2,8 bilhões vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhão com menos de 1 dólar por dia. Enquanto que nos países ricos, menos de uma criança em cada 100 não completa cinco anos, nos países pobres um quinto das crianças morrem antes dessa idade. Além disso, enquanto nos países ricos menos de 5% de todas as crianças abaixo de cinco anos são desnutridas, nos países pobres esta proporção chega a 50%. Essas disparidades aumentam quando se analisa a distribuição da riqueza global, uma vez que a renda média nos 20 países mais ricos do mundo equivale a 37 vezes a renda média dos 20 países mais pobres, diferença esta que duplicou nos últimos 40 anos. Esse cenário de crescimento da pobreza se revela mais intensamente na América Latina, no sul da Ásia e na África Subsaariana, ao passo que nos países em transição para a “economia de mercado” (Europa e Ásia Central) o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia aumentou mais de 20 vezes em um curto período de tempo.

¹⁰ Essa metodologia, embora amplamente usada, é fortemente criticada por diversos cientistas sociais que também trabalham com o tema da pobreza. Para Chossudovsky (1999), a idéia da renda *per capita* de um dólar por dia, o que corresponde a US\$ 370 por ano, é arbitrária porque grupos de populações em países com renda *per capita* que excede levemente esse patamar, são classificados como “não-pobres”.

A tabela 4 apresenta a parcela da população mundial, distribuída geográfica, que vivia com menos de 1 dólar por dia no período entre 1987 a 1998. Em primeiro lugar, verifica-se o forte crescimento dessa parcela da população na Europa e na Ásia Central, muito embora os percentuais ainda possam ser considerados reduzidos, comparativamente a outras regiões. Já o oposto pode ser notado no Oriente Médio e Norte da África e no Leste da Ásia e do Pacífico. No primeiro caso, o percentual da população que vivia com menos de 1 dólar passou de 4,3%, em 1987, para 1,9%, em 1998. No segundo, esses valores caíram de 26,6% para 15,3%, no mesmo período. Finalmente, no caso da América Latina e Caribe e da África Subsaariana, os percentuais mantiveram-se praticamente constantes ao longo do período considerado, porém em patamares bastante elevados.

Em segundo lugar, observa-se que na esfera global o número de pessoas que se encontravam vivendo com menos de 1 dólar por dia praticamente se reduziu bem pouco ao longo do período considerado. Isso indica que, em termos absolutos, a pobreza aumentou, uma vez que a população mundial cresceu, no mesmo período, de 5 bilhões de pessoas para aproximadamente 6 bilhões de pessoas.

Tabela 4: Proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia, de acordo com as regiões selecionadas: 1987-1998 (%)

Localidades	1987	1990	1993	1996	1998
Leste da Ásia e Pacífico	26,6	27,6	25,2	14,9	15,3
Europa e Ásia Central	0,2	1,6	4,0	5,1	5,1
América Latina e Caribe	15,3	16,8	15,3	15,6	15,6
Oriente Médio e Norte da África	4,3	2,4	1,9	1,8	1,9
Sul da Ásia	44,9	44,0	42,4	42,3	40,0
África Subsaariana	46,6	47,7	49,7	48,5	46,3
Total Mundial	28,5	28,1	27,7	27,0	26,2

Fonte: Banco Mundial (2001).

Finalmente, deve-se considerar que esses dados agregados podem encobrir diferenças importantes no âmbito interno de cada país, pois nem todas as regiões se beneficiam da mesma maneira quando ocorre crescimento econômico.

co. Com isso, a pobreza total de um determinado país pode ter diminuído, mas em alguma região específica ela pode ter aumentado, como foi o caso do México nos anos 90.

4. Considerações Finais

Ao longo deste ensaio vimos que a globalização, em sua vertente econômica, tende a padronizar os sistemas produtivos, financeiros, políticos, sociais e culturais, sob a égide do grande capital financeiro internacional, o qual tem seu poder ilimitado e embasado nos valores políticos neoliberais.

Assim, o limiar do século XXI está profundamente marcado por uma nova ordem econômica mundial, ancorada nos pressupostos e leis do “livre-mercado”, tendo a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização do comércio mundial como principais protagonistas. Com isso, o sistema capitalista não encontra mais limites no seu processo constante de acumulação e geração de novas riquezas, o que conduz a um duplo caminho: por um lado, essa riqueza concentra-se cada vez mais em um pequeno número de países e regiões e, por outro, eleva-se brutalmente o número de pessoas em todas as partes do planeta que ficam à margem dos benefícios que essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo poderia propiciar. Decorre daí o grande destaque que vem sendo dado aos temas da exclusão/inclusão social nos últimos períodos.

No campo restrito da economia, esse movimento de padronização dos sistemas produtivos é determinado, fundamentalmente, pelo processo de inovação técnica – anteriormente definida como a terceira revolução tecnológica –, que se concentra no desenvolvimento e difusão de tecnologias nas áreas da informática, robótica e telemática, garantindo um poder extraordinário às empresas e/ou países que dominam essas novas tecnologias de produção; pela forte expansão das empresas transnacionais que, operando nos mercados mundiais, determinam novas formas de gestão de produtos e processos, com impactos diretos sobre a dinâmica do mercado de trabalho global; e pelas estratégias de investimentos diretos das grandes corporações internacionais que, na ausência de regulação do sistema monetário e financeiro internacional, realizam uma interpenetração patrimonial, em grande parte, movida por movimentos especulativos na esfera dos mercados de capitais.

Este processo provoca impactos diretos sobre outras esferas da vida social contemporânea. No campo político, dois aspectos ganham relevância.

Por um lado, o jogo de poder entre as nações está sendo fortemente afetado pelos novos impulsos da “globalização”, mesmo com a expansão de inúmeros programas de cooperação entre países em diversas áreas. Esse fato fica bem visível quando são analisados os resultados das negociações realizadas em fóruns internacionais, onde quase sempre prevalece os interesses de um pequeno número de países que controlam a riqueza mundial. As últimas rodadas de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) explicitam bem esse jogo desigual de poder entre os países, podendo ser consideradas como mais uma etapa do processo de **fragmentação** das relações internacionais.

Por outro lado, o papel dos Estados nacionais vem sendo constantemente reformulado e questionado, sendo que para muitos analistas, ele foi fortemente enfraquecido diante da globalização econômica. Essa fraqueza, em parte, deriva de sua incapacidade, tanto institucional como regulatória, de comandar os processos econômicos nacionais. Mas está, também, relacionada ao alinhamento acrítico da maioria dos governantes à ortodoxia neoliberal que, nas suas formulações mais recentes, vê a instituição “Estado” como um impeditivo ao desenvolvimento econômico e político das sociedades.

É no campo social, entretanto, que os efeitos da globalização econômica tornam-se mais visíveis, recolocando com maior vigor as questões da **exclusão e inclusão social**, questões estas pensadas não somente em termos de indivíduos, mas de países e de espaços geográficos de produção e de reprodução da vida. Neste sentido, torna-se imperativo reconhecer que a globalização está dando origem a uma nova Divisão Internacional, cuja vertente mais explícita é a divisão do mundo entre nações e povos que se beneficiam dos resultados desse processo e aqueles que estão sendo colocados à margem pelo mesmo.

Essa dicotomia se expressa de várias formas e pode ser percebida em diferentes setores econômicos e esferas da vida social. No âmbito do mundo trabalho, como vimos anteriormente, está em curso uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego. Assim, como diz Castel (1998), a grande transformação dos últimos anos – que o autor denomina de “metamorfoses do trabalho” – é que em lugar de um conjunto de assalariados protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados e ameaçados pelo desemprego. Há cada vez menos assalariados com garantia de permanecer no emprego e de poder construir, a partir de sua condição de assalariado, um futuro garantido e digno.

O temor pelo desemprego pode ser explicado através de dois vetores básicos. Por um lado, o tema da flexibilização das relações trabalhistas, presente

no discurso dominante, tem apresentado resultados opostos aos pronunciados, ou seja, com a adoção de regras de flexibilização dos mercados de trabalho dizia-se que seriam gerados novos empregos. No entanto, em muitos países e regiões, após a adoção da desregulamentação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, assistiu-se a uma expansão do desemprego, deterioração dos níveis salariais e aumento do emprego informal, bem como a um rompimento de conquistas sociais que foram obtidas através de lutas históricas dos trabalhadores.

Por outro lado, tornou-se voz corrente entre os empregadores o desejo de manter empregado e com garantias apenas para um pequeno número de trabalhadores, sendo que os demais poderiam ser contratados e dispensados, sem qualquer direito trabalhista e proteção social, ao sabor da evolução das atividades econômicas ou de acordo com o nível do humor dos empresários. Desta forma, essa maior liberdade patronal para utilizar a mão-de-obra, embutida nos discursos da flexibilização, na verdade traduz-se numa volta ao passado, em que as relações capital-trabalho sempre foram prejudiciais aos trabalhadores.

Assim, fica evidente que os sistemas econômicos e políticos aprofundam a marginalização, dando, inclusive, um caráter estrutural à exclusão social. Neste caso, vemos que o discurso da flexibilidade, como condição para a elevação da competitividade e produtividade das empresas, não se traduz em aumentos proporcionais nos níveis de ocupação dos trabalhadores, que continuam sendo expulsos de seus postos de trabalho. De algum modo, isso também afeta os trabalhadores que permanecem empregados, uma vez que a massa de mão-de-obra excluída pressiona o mercado no sentido de rebaixar os salários globais.

São precisamente esses aspectos oriundos da nova divisão internacional do trabalho que fazem a conexão com o tema da pobreza, naquilo que Chossudovsky (1999) classificou como a “globalização da pobreza”, uma vez que neste cenário de *apartheid* social, o desenvolvimento econômico se fundamenta crescentemente no uso de mão-de-obra barata, sobretudo daquela originária dos países pobres.

Referências

- ABRAMO, L. 2000. Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación. Campinas: IE/UNICAMP (Cadernos do CESIT 29, 43 p.).
- ANTUNES, R. 1997. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 232 p.
- BAUMANN, R. (org.). 1996. *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 292 p.
- BELLUZZO, L. G. M. 1995. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In: *Economia e Sociedade*, nº 4, p. 11-20.
- BRAGA, J. C. S. 1993. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. In: *Economia e Sociedade*, nº 2, p. 25-57.
- CASTEL, R. 1998. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L. org. *Globalização, o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 239 p.
- CHESNAIS, F. 1995. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade*, nº 5, p. 01-30.
- _____. 1994. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 335 p.
- CHOSSUDOVSKY, M. 1999. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 320 p.
- COMIN, A. 2000. Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil. São Paulo, 20 p. (mono).
- COUTINHO, L. 1995. Notas sobre a natureza da globalização. In: *Economia e Sociedade*, nº 4, p. 21-26.
- FIORI, J. L. 1995. A globalização e a novíssima dependência. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Texto para Discussão nº 343).
- _____. 1998. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 251 p.
- FURTADO, C. 2000. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 81 p.
- GENTILI, P. (org.). 2000. *Globalização excludente*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
- GIDDENS, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GONÇALVES, R. 1995. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Texto para Discussão nº 338).
- _____. 1999. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. 1998. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 364 p. (Coleção zero à esquerda).
- IANNI, O. 1995. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 228 p.
- MARTIN, H.; SCHUMANN, H. 1999. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo, 352 p.

- MATTEI, L. 1997. A era da globalização econômica e do neoliberalismo. In: *Revista de Ciências Humanas*, v. 3, nº 1, p. 07-22.
- MATTOSO, J. 1999. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 47 p.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 1998. *Informe sobre el empleo en el mundo, 1998-1999*. Genebra: OIT, 281 p.
- POCHMANN, M. 2001. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SANDRONI, P. 1995. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Nova Cultural, 448 p.
- TAVARES, M. C. 1993. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 193 p.
- WORLD BANK. 1995. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. Washington DC: World Bank.
- _____. 2001. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza*. Washington DC: World Bank.

Resumo: O texto analisa as principais transformações econômicas que marcaram o final do século XX, caracterizando esse processo como um aprofundamento da globalização. Ao mesmo tempo procura destacar os elos entre esse fenômeno e a expansão das desigualdades e da exclusão social. O autor conclui que a globalização econômica é um importante vetor de exclusão para os países e povos da periferia do sistema capitalista.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, globalização, periferia capitalista, exclusão social.

Códigos JEL: B31, O10.

Abstract: *The paper analyzes the main economic transformations that marked the end of the 20th Century, and characterizes them as an increasing process of the globalization. At the same time it points out the links between that phenomenon and the inequalities expansion and social exclusion. The author concludes that the economic globalization is an important exclusion vector for both the countries and people of the capitalist system periphery.*

Keywords: *economic development, globalization, capitalist periphery, social exclusion.*

JEL Codes: B31, O10.